

**REDE CEGONHA: ANALISANDO INDICADORES RELACIONADOS A
ASSISTÊNCIA AO PARTO EM ALGUNS MUNICÍPIOS CATARINENSES**

Flávia Leite Soares Gerlach¹
Cláudio Claudino da Silva Filho²
Maíra Rossetto³

Eixo 3: Saberes e Práticas de Atenção à Saúde

Introdução: A visão da mulher nas políticas de saúde foi ancorada historicamente em estereótipos e preconceitos, que podem ser explicados na perspectiva de gênero, onde os programas, serviços e profissionais de saúde raramente a percebem para além da figura materna. **Objetivo:** Analisar indicadores relacionados à assistência ao parto vaginal em alguns municípios catarinenses. **Metodologia:** Pesquisa quantitativa, a partir de dados secundários buscados no Datasus. Foram comparados os indicadores das cidades de Chapecó, Florianópolis, Lages, Itajaí, Blumenau e Criciúma no período de 2011 a 2015, intervalo disponível nesta base de dados. Como os números disponíveis no Datasus são majoritariamente absolutos, representando o número real de partos vaginais, bem como mortes maternas e infantis ocorridas nas cidades pesquisadas, para se calcular os indicadores de mortalidade infantil, foi dividido o número de partos vaginais, bem como de mortalidade infantil, pelo número de nascidos vivos. Os números referentes à mortalidade materna

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó Unochapecó. Bolsista institucional: Resolução n.053/CONSUN/2016, flavia.gerlach@unochapeco.edu.br

² Enfermeiro. Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especializando em Preceptoría para Residências no Sistema Único de Saúde pelo Hospital Sírio Libanês. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão em Saúde (PPGS/CNPq). Integrante do coletivo de coordenação do VER-SUS Oeste Catarinense. Professor Adjunto dos cursos de graduação em Enfermagem, Pedagogia e Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, Santa Catarina, Brasil, claudio.filho@uffs.edu.br

³ Enfermeira. Doutora e Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Estágio de Doutorado na University of Wolverhampton, na Inglaterra (2015). Integrante do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS/UFRGS) e do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão em Saúde (PPGS/CNPq). Professora Adjunta do curso de graduação em Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó, Santa Catarina, Brasil, maira.rossetto@uffs.edu.br

permaneceram absolutos. **Resultados:** Quanto ao número de partos vaginais observou-se que após a implementação do Projeto Rede Cegonha, houve aumento no percentual dessa via de parturição, entre 2011 e 2015 nas cidades de Florianópolis, Joinville, Blumenau e Lages, enquanto houve diminuição no percentual do número de partos vaginais nas cidades de Chapecó, Itajaí e Criciúma. Em relação à mortalidade materna, verifica-se que tais dados não são informados de forma sistemática pelo DATASUS. Quando foi possível obter tal informação, percebeu-se que houve aumento nas cidades de Florianópolis e Blumenau, permanecendo estável nas cidades de Itajaí e Joinville, havendo diminuição apenas na cidade de Criciúma. Na cidade de Chapecó só há registro no ano de 2015, enquanto na cidade de Lages não há nenhum registro. Em relação à mortalidade infantil, no período que compreende desde o nascimento até 364 dias de vida da criança, os dados existentes no site do Ministério da Saúde, apontam que houve uma diminuição no percentual de mortes infantis nas cidades de Chapecó, Florianópolis, Lages, Itajaí e Criciúma. Nas cidades de Blumenau e Joinville esse número se manteve estável entre os anos de 2011 e 2015. **Considerações finais:** A desatualização e a incompatibilidade dos dados entre três níveis de governo apontam para a necessidade de aperfeiçoamento nos registros e repasses federativos, para nortear com mais acurácia o monitoramento e avaliação de Políticas de Saúde. A Rede Cegonha, apesar de incompleta (posto que não abarcou a questão do direito reprodutivo das mulheres, em especial ao aborto, como definiu o Programa de População e Desenvolvimento do Cairo), trouxe avanços na qualidade do atendimento para a gestante e para a criança até 24 meses, ao garantir acesso ao Sistema Único de Saúde de forma humanizada. Foi observado que das cidades estudadas no Estado de Santa Catarina, uma das que o número de partos normais diminuiu foi na cidade de Chapecó. Assim, importante se faz uma análise mais minuciosa dos motivos dessa diminuição na região de Chapecó, mesmo após a implementação do Projeto Rede Cegonha.

Palavras chave: Políticas Públicas; Humanização; Rede Cegonha; Parto; Saúde da mulher.